

## ASPECTOS (SÓCIO)LINGUÍSTICOS DOS INDÍGENAS JAMINAWA DA ALDEIA KAYAPUCÁ: BILINGUISMO E EDUCAÇÃO

*The (socio)linguistic aspects of the Jaminawa indigenous people from the village Kayapucá: bilingualism and education*

Shelton Lima de SOUZA (UFAC)<sup>1</sup>

### RESUMO

Neste artigo, descrevemos algumas características sociais e linguísticas da aldeia Kayapucá, umas das aldeias que compõem a Terra Indígena (TI) Kayapucá, situada no município de Boca do Acre, Amazonas. Esta TI é uma das regiões habitadas por indígenas que se autodeclaram pertencentes à etnia Jaminawa. Os Jaminawa em tela são os únicos indígenas desta etnia situados no Amazonas, diferenciando-se de outros grupos Jaminawa que se concentram no Acre. Consideramos fundamentalmente importante, em um estudo (sócio)linguístico, levar em conta as características sociais nas quais estão envolvidos os agentes sociais desta pesquisa, já que a relação entre o homem e o ambiente em seu entorno é intensa, direta e constante; ainda mais se considerarmos um grupo indígena, como o dos Jaminawa, que tem sua relação com a terra permeada por conflitos internos, oriundos de aspectos sóciohistóricos, e conflitos com não-indígenas, sobretudo por questões territoriais. Embora os Jaminawa de Kayapucá sejam, atualmente, bilíngues Jaminawa-português, e considerem importante o estudo de sua língua materna, a relação conflituosa com a sociedade envolvente devido à terra é um dos fatores que contribui com o deslocamento da língua nativa destes indígenas.

**Palavras-Chave:** Jaminawa, social, linguístico, bilinguismo, língua materna, português

### ABSTRACT

*In this article, we describe some social and linguistic characteristics from the indigenous village Kayapuca, one of the villages that constitute the Indigenous Land (LI) Kayapucá, located in the district of Boca do Acre, Amazon. This land is one the regions inhabited by indigenous people that declare themselves belonging to the Jaminawa ethnic group. This group in spot are the only indigenous people of this ethnic group located in the Amazon, differentiating themselves from other groups Jaminawa which are concentrated in Acre. We consider fundamentally important, in a (socio)linguistic study, to take into account the social characteristics in which the social agents of this research are involved, once the relation between man and environment is intense, direct and constant; moreover it is necessary to consider an indigenous group, such as the Jaminawa, which have their relation with the land permeated by internal conflicts, derived from the socio-historical aspects, and conflicts with non-indigenous, above all by territorial issues. Although, nowadays, they are a bilingual group, speaking Jaminawa-Portuguese and we should also consider important the study of the mother tongue. The confrontational relation with the land is one of the factors that contribute with the displacement of the native language of this group.*

**Keywords:** Jaminawa, social and linguistic aspects, bilingualism, mother language, Portuguese

<sup>1</sup> Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil. Centro de Educação, Letras e Artes (CELA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4735-8531>; [shelton.linguista@gmail.com](mailto:shelton.linguista@gmail.com)

## 1. Introdução

O povo conhecido como Jaminawa habita várias regiões da Amazônia brasileira e das Amazônias peruana e boliviana. Particularmente no Brasil, somam aproximadamente 1.800 pessoas<sup>2</sup>. Para Padilha (2013) e Souza (2017), os Jaminawa são falantes bilíngues Jaminawa-português, apresentando, dependendo da região/aldeia/seringal que vivam, diversos graus de bilinguismo<sup>3</sup>. No lado brasileiro, os Jaminawa têm duas terras demarcadas, as Terras Indígenas Mamoadate (localizada no município de Sena Madureira – AC, próxima ao Rio Iaco) e Cabeceira do Rio Acre (localizada no município de Assis Brasil – AC). Essa última é dividida com a etnia Manchineri – pertencente à família linguística Aruak (RODRIGUES, 1994). Além desses territórios, alguns Jaminawa vivem em outras regiões da Amazônia acreana como nos seringais: Kayapucá<sup>4</sup>, São Paulino, Caeté, Extrema e Seringal do Guajará. As cinco áreas citadas são reivindicadas pelo povo para a demarcação, já com alguns estudos antropológicos em andamento (PADILHA, 2013; SOUZA, 2017). Uma parte considerável dos Jaminawa oriundos desses ambientes encontra-se nas regiões urbanas de Sena Madureira, Assis Brasil, Brasileia e Rio Branco (capital do estado do Acre). Essa migração dos Jaminawa é resultado, dentre outros motivos, de questões históricas que levaram ao desenvolvimento de várias contendas internas entre eles.

Hodiernamente, os Jaminawa têm como característica cultural o constante deslocamento para vários territórios dentro do Acre, chegando ao Amazonas – caso da Terra Indígena Kayapucá (doravante TI Kayapucá), descrita ao longo deste texto. As ondas migratórias apresentadas pelos Jaminawa e a formação de novos territórios ocupados por esses grupos promovem processos de variação da língua Jaminawa. Tais diferenças linguísticas, provavelmente, já devem existir devido à formação sociocultural desses grupos. Conforme informações dadas pelo cacique José Correia da Silva Tunumãao Jornal Página 20 em 6 de fevereiro de 2006, o termo Jaminawa ou Yaminawá (grafia oriunda do espanhol) – *gente do machado* – começou a ser usado em 1975 por funcionários da FUNAI para nomear um conjunto de etnias indígenas que habitavam a cabeceira do Rio Acre, do Alto Purus e do Alto Iaco, tanto do lado brasileiro quanto dos lados boliviano e peruano. Todas essas etnias, até então diferentes culturalmente, mas que apresentavam certas similaridades linguísticas, passaram a ser classificadas por povo Jaminawa e falantes da língua Jaminawa. Padilha (2013) frisa que os Jaminawa eram um povo de tradição oral até o início do século passado, quando ocorreram os primeiros contatos mais permanentes com as frentes de expansão extrativistas. Desde então, incorporados à economia da borracha, como mão de obra barata dos seringais, eles vão entrando “no mundo da escrita”, sem, contudo, dominarem seu uso. Os Jaminawa, inseridos nesse ambiente histórico de denominação e inserção em uma sociedade dominante usuária, por extensão, de

<sup>2</sup> Este número não é preciso, ainda mais se forem consideradas questões de autodenominação que são extremamente complexas entre os Jaminawa.

<sup>3</sup> Há indígenas Jaminawa monolíngues em português; contudo, neste texto, serão discutidas questões específicas da relação entre o Jaminawa e o português na TI Kayapucá.

<sup>4</sup> Há variação no uso da grafia do termo Kayapucá, escrito, em algumas situações, como Caiapucá.

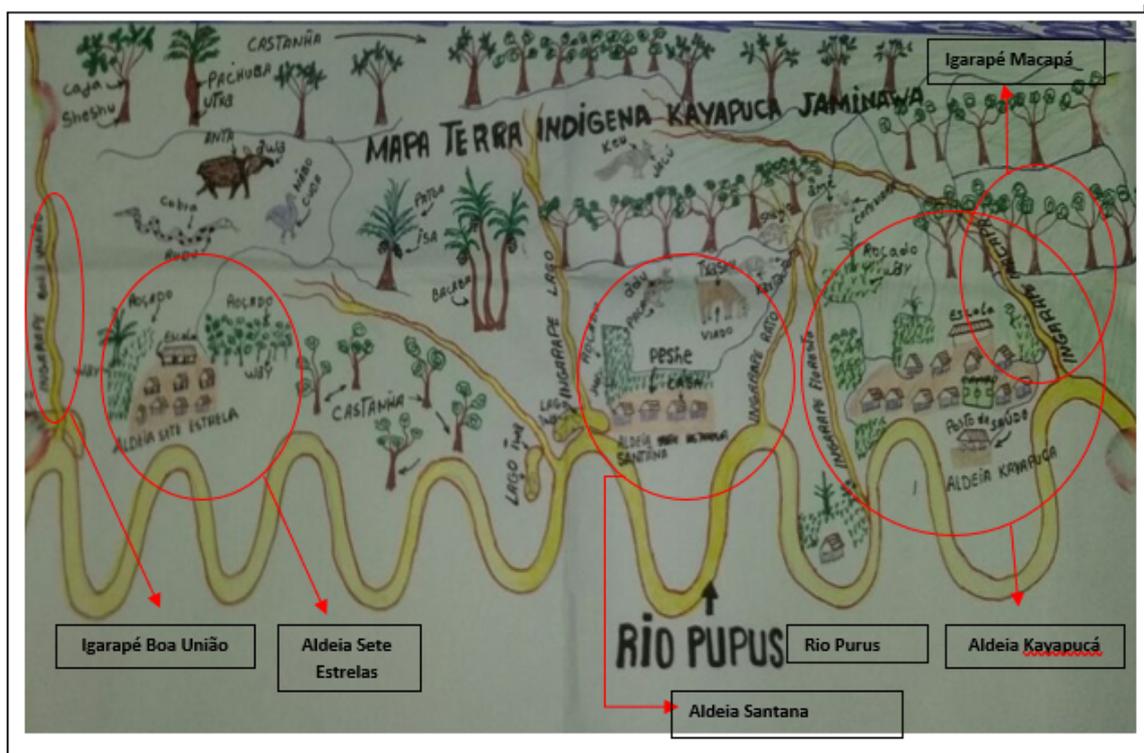
uma língua dominante, reivindicam a aprendizagem do português escrito, pois entendem a importância de se ter domínio dessa variedade linguística em um território em que precisam se defrontar com situações de conflito intermitentes.

Neste sentido, este texto é uma análise do uso das línguas Jaminawa e português na TI Kayapucá em diversos ambientes de uso das línguas no território mencionado.

## 2. Terra Indígena Kayapucá

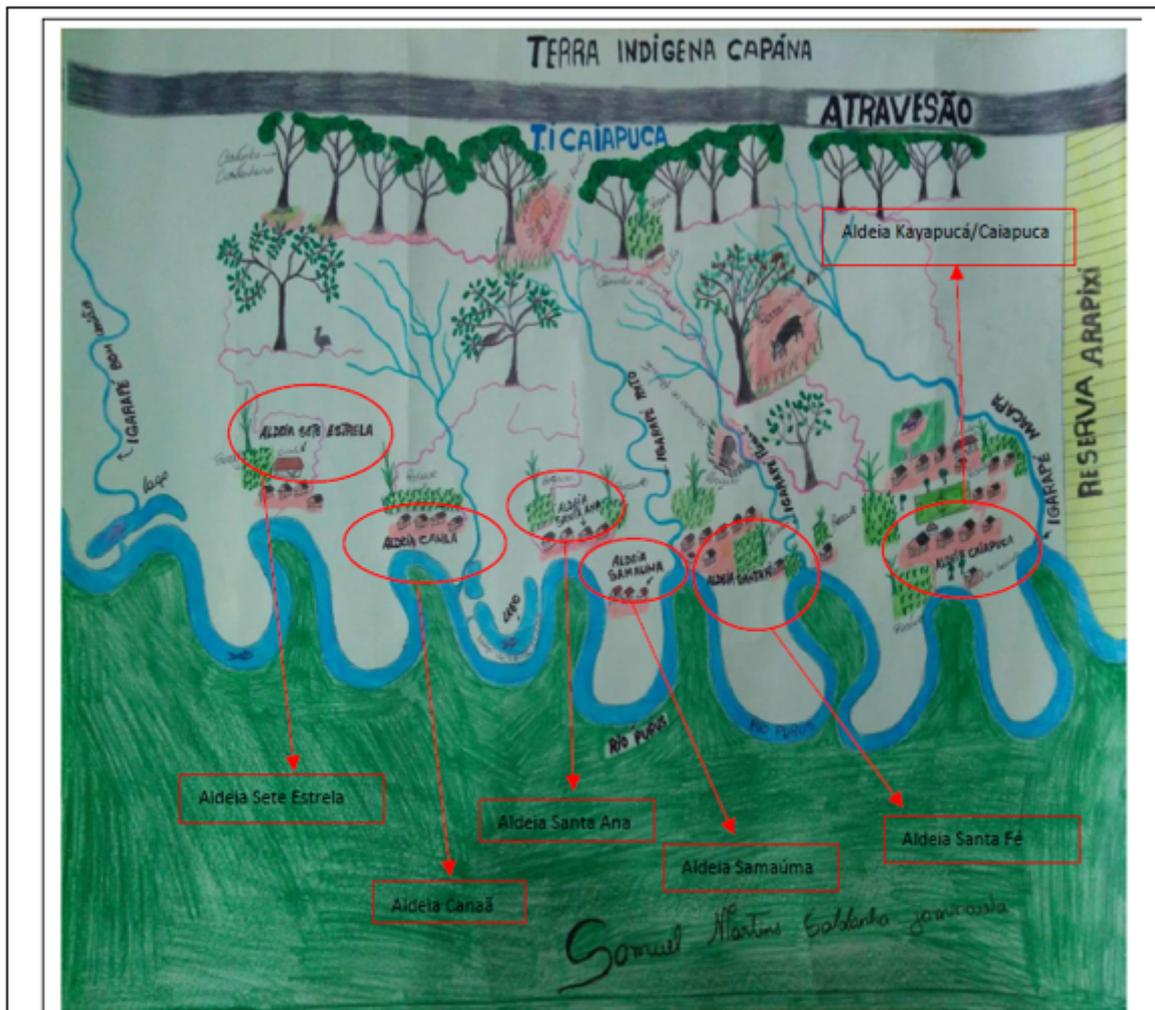
A TI Kayapucá está situada na margem esquerda do rio Purus (afluente do rio Solimões), localizado no município de Boca do Acre, no sul do Amazonas, próximo ao estado do Acre. Além da aldeia Kayapucá, estão localizadas nesta TI as aldeias Sete Estrelas e Sant'ana/Santa Ana (como podemos ver na imagem 1); contudo, esta configuração espacial começou a se modificar, a partir de 2015, quando há uma migração em massa de Jaminawa residentes em Sena Madureira-AC para Kayapucá, criando-se as novas aldeias Canaã, Samaúma e Santa fé (ver imagem 2).

Imagem 1 – Terra Indígena Kayapucá (antes de 2015)



Fonte: Samuel Jaminawa (2015)

Imagem 2 – Terra Indígena Kayapucá (após 2015)



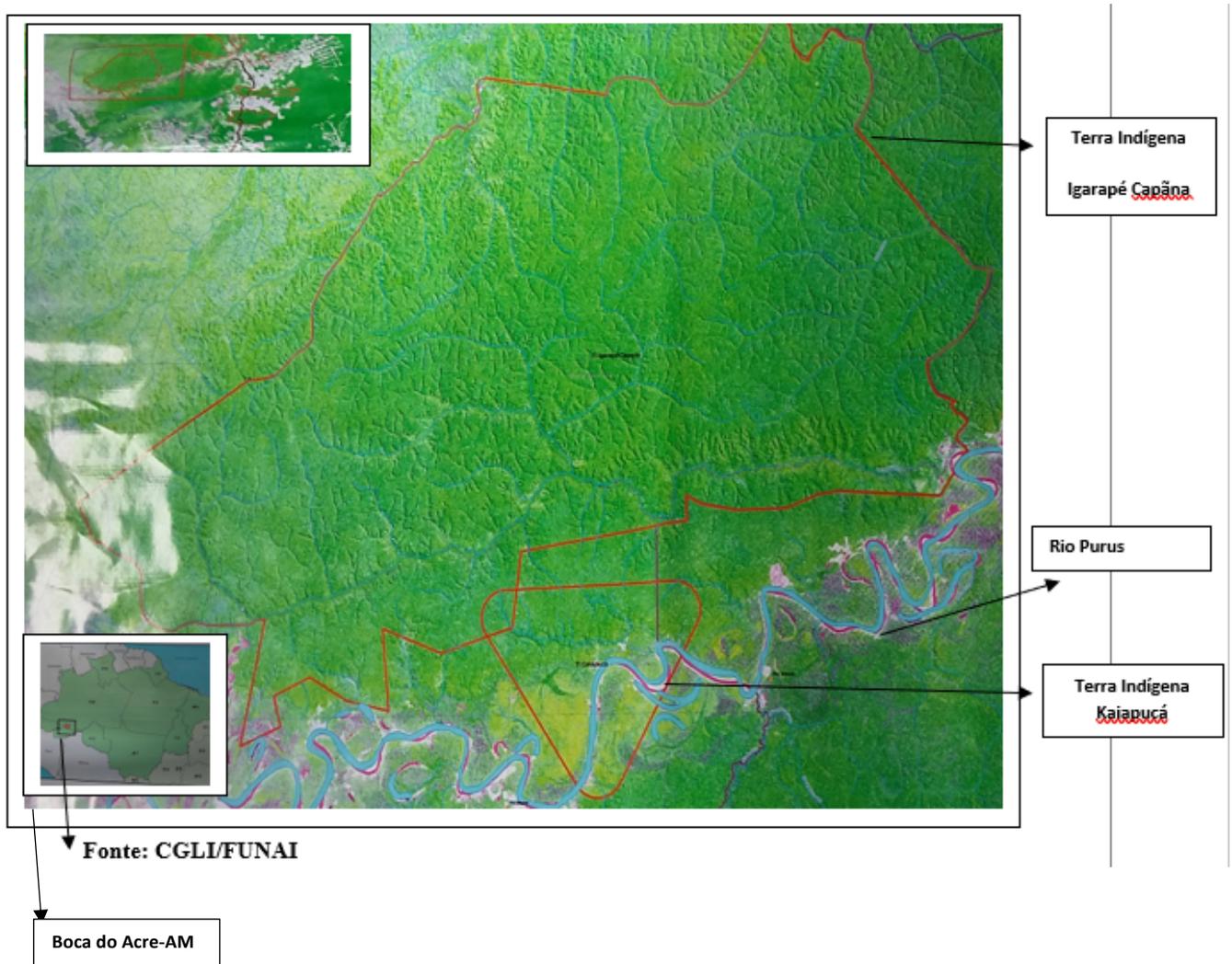
Fonte: Samuel Jaminawa (2017)

O responsável pela criação das imagens 1 e 2, Samuel Jaminawa, foi um dos indígenas que ajudou a equipe responsável pelo levantamento das TIs impactadas por obras do governo federal a estabelecer os limites da TI Kayapucá. A figura foi feita pelo próprio Samuel que demonstra a facilidade que esse indígena tem em detalhar, com bastante precisão, as características físicas e sociais de sua TI. Samuel construiu essa figura a nosso pedido, onde, na ocasião, tínhamos necessidade de ter uma visão geral da TI Kayapucá. O trabalho de identificação da TI Kayapucá e de outras TIs, como a Capãna dos indígenas Jamamadi (família linguística Arawá), ocorreu devido ao estudo realizado na região para se identificar as TIs próximas à BR-317, uma das rodovias federais no Amazonas que receberiam recursos do PAC<sup>5</sup> para sua manutenção.

<sup>5</sup>A BR-317 é uma rodovia federal que liga o município de Boca do Acre, no Amazonas, a Rio Branco, capital do Acre. A rodovia segue até Assis Brasil, município acreano localizado na tríplice fronteira Brasil-Peru-Bolívia. As obras do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) com as suas duas versões: PAC-1 iniciadas no governo Lula e o PAC-2 em andamento no governo Dilma se constituíram como ações de infraestrutura nesses governos em várias regiões do Brasil, apresentando, no entanto, impactos negativos frente a grupos indígenas e quilombolas que se situavam próximos a obras do PAC. Segundo Vedum (2012, p. 13), embora exista uma legislação (Portaria Interministerial nº 419, de 26 de outubro de 2011) que estabeleça a distância de “40 quilômetros da divisa quando a atividade ou empreendimento submetido ao licenciamento ambiental apresentar elementos que possam gerar dano socioambiental direto no interior da terra indígena”, muitas obras são feitas a uma

O resultado do estudo que mostrou as TIs impactadas pelas obras do PAC deram origem ao mapa (cf. Imagem 3) que mostra, de um ponto de vista mais amplo, a TI Kayapucá e a TI Capãna:

**Imagem 3 – Terras Indígenas Kayapucá e Capãna em Boca do Acre-AM**



Os limites da TI Kayapucá, como é possível visualizar na figura, são: ao norte, tem-se a TI Igarapé Capãna, que, pertencente aos indígenas Jamamadi, já é uma terra demarcada pela FUNAI; ao sul, o rio Purus; a leste, o igarapé Boa União e a oeste, o igarapé Macapá. Esses limites foram estabelecidos pela FUNAI, juntamente com os indígenas de Kayapucá, com a finalidade de organizar as dimensões do território e, assim, constituir uma primeira descrição geográfica para a demarcação da terra. Legalmente, a TI Kayapucá encontra-se, atualmente, em identificação, isso quer dizer que a terra, embora seja habitada pelos Jaminawa, ainda não tem a sua situação demarcatória legalizada, o que faz com que os indígenas da

distância inferior ao que apregoa a portaria: “o que estes estudos [relacionados a impactos ambientais por meio de obras de infraestrutura] e relatos mostram é que a *área de interferência* desse tipo de empreendimento vai bem mais além das faixas de 3,0 e de 10,0 km no seu entorno, podendo alcançar comunidades antes mesmo de elas terem tido um contato direto, face a face, com as frentes de trabalho de construção da rodovia”. O estudo de Vedum (2012), a partir dos resultados do levantamento realizado pela Coordenação Geral de Licenciamento (CGLI) da FUNAI, mostrou que, dentre as TIs impactadas por obras na BR-317, com recursos do PAC, estão a TI Kayapucá e a TI Capãna, esta última pertencente à etnia Jamamadi e que se encontra, precisamente, ao norte de Kayapucá.

região sofram com invasões de não-indígenas à procura de madeira ou para se fixarem no local com o intuito de usufruir da terra. A situação atual da terra impede que os indígenas de Kayapucá percorram todo o seu território para caçar, pescar e outras atividades, já que são constantemente ameaçados. Mesmo com terras demarcadas, os povos indígenas no Acre e em ambientes fronteiriços deste estado com territórios peruanos<sup>6</sup> sofrem com a invasão de suas terras por madeireiros, como é o caso dos Ashaninka (família Aruak) do Rio Amônia descritos por Pimenta (2011) que, embora tenham sua terra demarcada, ainda se ressentem de invasões de não-indígenas que praticam o contrabando de madeira na fronteira Brasil-Peru

Vemos, desse modo, que a demarcação de terras indígenas não impede que elas sejam invadidas por não-indígenas. Em relação aos Jaminawa, o grupo morador de Kayapucá reivindica, há alguns anos, a demarcação do seu território. Para eles, a regularização da terra junto à FUNAI poderia fornecer-lhes melhores condições de vida evitando, principalmente, a invasão do território pelos não-indígenas, indivíduos estes que os ameaçam constantemente. Vemos em Pimenta (2011) que a mera regularização da terra não impede a invasão de TIs, ainda mais se considerarmos aquelas na Amazônia brasileira que, constantemente, são invadidas com a finalidade de contrabando de madeira; assim, legalização da terra permite que o grupo indígena tenha visibilidade frente aos órgãos da sociedade envolvente.

Os Jaminawa de Kayapucá são invisíveis aos órgãos públicos e esse estado de invisibilidade é intensificado pela situação da terra. Mesmo assim, apesar da luta antiga dos Jaminawa de Kayapucá e de outras TIs indígenas dos grupos localizados no Acre que, ainda, se encontram em identificação, a pesquisa de Sáez (2015) mostra que os Jaminawa não se adequam a territórios fixados ou limitados. Como um grupo fundamentalmente caçador e pescador, limites estabelecidos por outrem ainda não são compreendidos pelos indígenas Jaminawa, o que faz com que o grupo configure e reconfigure constantemente os seus espaços territoriais; assim sendo, o espaço urbano é tido como uma extensão de seus territórios tradicionais. Sáez, neste sentido, considera que as cidades acreanas, por exemplo, facilitam a interpretação Jaminawa da cidade como uma aldeia.

Assim, até que ponto, no que se refere à realidade linguística dos Jaminawa de Kayapucá, o constante contato com o português nas cidades acreanas provocou a perda da língua nativa entre os Jaminawa? Será que todos os Jaminawa, moradores da cidade ou que têm uma relação constante com espaços urbanos, deixaram de falar Jaminawa e tornaram-se monolíngues em português? A ciência linguística nos mostra que, dependendo da situação, um indígena não vai perder todas as características de sua língua nativa na cidade e, além disso, o português falado por ele pode apresentar elementos de sua língua materna, dando, portanto, oportunidade para o desenvolvimento de um português indígena (MAHER, 1996). Atualmente, pelo menos entre os falantes de línguas indígenas no Brasil, pouco se sabe sobre a real situação linguística dos grupos que migram para as cidades ou que têm uma relação constante

---

<sup>6</sup> Vale notar que os Jaminawa de Kayapucá têm uma forte relação, principalmente, com a cidade de Sena Madureira no Acre.

com o espaço urbano (o que é muito comum). A falta de conhecimento sobre a realidade de grupos indígenas e a sua relação com a cidade inviabiliza, evidentemente, a promoção de políticas públicas no tocante à educação, sobretudo, bilíngue entre os indígenas brasileiros.

Com a finalidade de conhecer a realidade linguística dos Jaminawa da aldeia Kayapucá, fizemos uma análise, com diversas lacunas a serem pensadas e discutidas em trabalhos posteriores, da situação de bilinguismo Jaminawa-português existente na aldeia. A análise é de cunho qualitativa, embora o uso de alguns dados quantitativos seja feito para fundamentar, mais precisamente, a análise. Para a obtenção dos dados quantitativos, usamos o questionário de Habilidades, Usos e Atitudes Linguísticas e complementado pelas anotações feitas durante o preenchimento do questionário junto ao indígena, pelas anotações realizadas no diário de campo e pelas observações diretas das situações sociais que envolviam o grupo analisado.

Abaixo, segue-se um quadro que mostra a atual situação populacional dos Jaminawa de Kayapucá, embora este número sofra alterações constantemente (cf. Quadro 1):

**Quadro 1 - População da aldeia Kayapucá**

	Percentual	Parcela
Masculino	60,6%	20
Feminino	39,4%	13
Total	100%	33

Fonte: Dados do pesquisador

No quadro 1 - “População da aldeia Kayapucá”, vemos que a população desta TI apresenta um total de 33 pessoas entre crianças, jovens e adultos (considerando os mais velhos). Desse total, encontram-se 20 (60, 6%) homens e 13 (39, 4%) mulheres. É importante destacar que o quadro reflete uma configuração populacional no momento em que esta parte da pesquisa foi realizada, pois, o trânsito aldeia-cidade/cidade-aldeia é intenso, ocasionando, desta forma, em mudanças constantes no fluxo populacional de Kayapucá. Por isso, frisamos que o quadro acima é uma ideia da população Jaminawa na aldeia Kayapucá, o que pode não refletir a realidade desta aldeia em outros períodos do tempo.

## 2.1. A relação entre o Jaminawa e o português

Nas seções seguintes, analisamos algumas características do bilinguismo Jaminawa-português presentes na Terra Indígena Kayapucá. Para a análise, desenvolvemos um questionário, intitulado **Questionário de Habilidades, Usos e Atitudes Linguísticas**, no qual obtivemos informações linguísticas diversas dos indígenas de Kayapucá; juntamente a este questionário, fizemos observamos dos ambientes de uso das línguas Jaminawa e português em Kayapucá com abordagem etnográfica.

## 2.1.2 As habilidades linguísticas

Consideramos as habilidades linguísticas de entender, falar, ler e escrever na língua Jaminawa e na língua portuguesa por parte dos indígenas Jaminawa de Kayapucá entrevistados. Na primeira parte do questionário, referente à facilidade que tinham em entender e falar as línguas Jaminawa e português, os indígenas tiveram de optar por uma alternativa dentre as três apresentadas: **sim, um pouco ou não**.

### 2.1.2.1 Entender e falar as línguas Jaminawa e português

Em relação a falar e a entender a língua Jaminawa, todos os indígenas entrevistados falam e entendem a língua Jaminawa, exceto um indígena que afirmou entender pouco a língua. Nossas observações diretas confirmam que a quase totalidade dos que entrevistamos falam a língua nativa na aldeia, apesar de alguns entrevistados declararem que adquiriram o português como primeira língua.

Contudo, no que se refere a ler em Jaminawa, a maioria dos entrevistados diz ler “um pouco”. Estes são os indígenas de Kayapucá que foram alfabetizados ou semi-alfabetizados na aldeia no final da adolescência ou já em fase adulta. Uma outra parte dos entrevistados é a referente à faixa etária dos indígenas que não são alfabetizados na sua língua nativa, idades nas faixas etárias 3 e 4<sup>7</sup>, sendo que apenas dois deles afirmaram saber ler um bilhete, um livro etc. na sua língua nativa. Esses dois indígenas pertencem, exatamente, à faixa etária daqueles de Kayapucá que tiveram oportunidade, ainda muito jovens, de serem alfabetizados em Jaminawa e português na aldeia.

Em relação a entender e falar português, a grande maioria afirmou entender e falar “um pouco” a língua. Estes indígenas chegaram na aldeia após terem morado na cidade, devido às várias migrações que o grupo fez até chegar em Kayapucá. Porém, após a chegada na aldeia, as situações que exigiam o uso do português ficaram limitadas. A outra parte dos indígenas, correspondente à faixa etária 2, afirmou entender português e se configura como a geração que mais tem contato com a cidade por terem morado um certo tempo em Sena Madureira e, assim, frequentado diversos ambientes sociais onde o uso do português era constante como a escola. Atualmente, todos moram em Kayapucá e vão, eventualmente, à cidade; sobre ler e escrever em português, a maioria afirmou ter “um pouco” de conhecimento na língua, correspondendo à faixa etária dos entrevistados que foram alfabetizados na aldeia, em Jaminawa, e português, na cidade. As outras partes dos entrevistados correspondem àquelas cujos indivíduos não são alfabetizados em nenhuma das duas línguas ou que foram alfabetizados em português na aldeia ou na cidade ainda muitos jovens.

---

<sup>7</sup>Os nossos colaboradores de pesquisa de Kayapucá desconhecem as suas datas de nascimento. Por isso, para registrar a faixa etária, seguimos a notação proposta por Garcia (2007). A notação da faixa etária é a seguinte: **Faixa etária 1:** indígena com idade entre 7 a 16 anos; **Faixa etária 2:** indígena com idade entre 17 a 30 anos; **Faixa etária 3:** indígena com idade entre 31 a 54 anos; **Faixa etária 4:** indígena com idade com 55 anos ou acima.

### 2.1.2.2 Uso linguístico no contexto familiar<sup>8</sup>

Em relação ao uso linguístico no contexto familiar, foi perguntado aos indígenas se primeiro tiveram contato com a língua Jaminawa ou com a língua portuguesa. Na ocasião, o indígena teria que dizer se teve contato “só com Jaminawa”, “mais com Jaminawa”, “só em português”, “mais em português” ou com “ambas”. Entre os indígenas mais velhos, todos responderam que a língua com que tiveram mais contato foi somente o Jaminawa ou mais o Jaminawa. A outra parte dos entrevistados, composta por alguns indivíduos jovens, respondeu a alternativa “ambas”. A diferença entre aqueles indígenas que responderam só ouvir Jaminawa ou mais Jaminawa e aqueles que afirmaram ter tido contato com ambas as línguas vai depender do tempo ou dos momentos que eles moraram na cidade até chegar em Kayapucá. De qualquer forma, a resultado da autodeclaração nesse quesito do questionário, revelou um ambiente bilíngue em Kayapucá fundamentalmente interessante.

No tocante à língua falada com os adultos, jovens e mais idosos da família, praticamente todos afirmaram falar a língua Jaminawa. A diferença em relação a esse total se dá quando o interlocutor da família é uma criança, já que uma parcela dos entrevistados, mas não a maioria, afirmou se comunicar com algumas crianças nas duas línguas. Os entrevistados informaram que falam em português com crianças que não falam Jaminawa; entretanto, apesar das respostas desses indígenas, o uso do português com crianças que não falam Jaminawa não se confirmou por meio da observação do cotidiano da aldeia. Na ocasião, foi detectado que todas as mães e pais falam com seus filhos na língua Jaminawa, embora as crianças entendessem quando nós conversávamos em português com elas<sup>9</sup>. A opção pelo uso do português só se dá com pessoas que não pertencem à família, de acordo com todos os entrevistados, ou seja, quando falam com não-indígenas (pesquisadores, agentes de saúde, funcionários da FUNAI, moradores da cidade etc.) ou com indígenas que não são da mesma etnia em alguma situação social fora da aldeia.

### 2.1.2.3 Uso linguístico na escola e em outros ambientes

A educação escolar na aldeia Jaminawa é bastante problemática. A escola não é adequada às necessidades do grupo, além de carente de material didático. Apesar do envio de alguns materiais didáticos pela Secretaria de Educação do Estado do Acre (SEE-AC), esses acabam se deteriorando com o tempo,

---

<sup>8</sup> No questionário elaborado por Garcia (2007), a autora apresentou algumas diferenças de uso linguístico na comunidade de Ipegue, relativamente aos indígenas Terena. Os falantes faziam uso do Terena ou do português, a depender do domínio social, como domínio familiar, vizinhança, trabalho, religião e escola. Em razão da natureza diferenciada da comunidade de Kayapucá em relação à de Ipegue, usamos, somente, os domínios sociais familiar e escolar no questionário. Os domínios sociais vizinhança, trabalho e religião não são relevantes para a análise dos usos linguísticos em Kayapucá.

<sup>9</sup> Dois filhos da líder Marina Jaminawa são casados com mulheres que não são Jaminawa. Um deles é casado com uma não-indígena e o outro com uma indígena que se autoidentifica como pertencente à etnia Apurinã (Aruak), porém monolíngue em português. Segundo as mulheres, elas falam em português com seus filhos e os pais em Jaminawa. Na tabulação geral dos moradores de Kayapucá, descritos no quadro **População da Aldeia Kayapucá**, as duas mulheres foram incluídas como moradoras da aldeia, mas, por não serem Jaminawa e, por conseguinte, não falarem a língua nativa da aldeia, não realizamos o questionário com elas.

por não ficarem em lugar adequado. Além disso, não há professores indígenas com formação para o magistério. Os professores que atuam na aldeia são os que aprenderam a ler e a escrever na cidade ou em outra aldeia Jaminawa, passando o que sabem aos moradores da comunidade. O indígena Samuel Jaminawa, que participou da elaboração da cartilha para alfabetização na língua Jaminawa, exerceu a docência por um tempo na aldeia, mas, com a finalidade de terminar os Ensinos Fundamental e Médio, mudou-se para Sena Madureira, indo, constantemente, a Kayapucá.

Segundo os indígenas, o uso da língua pelo professor em sala aula ocorre a depender da disciplina que está sendo lecionada. Se a língua ensinada for Jaminawa (modalidade escrita), o professor só fala em Jaminawa. Por sua vez, se a língua ensinada for a portuguesa, o docente fala nessa língua, traduzindo para o Jaminawa algo que os alunos não entenderem. Devido a essa característica comum em ambientes bilíngues, os indígenas entrevistados marcaram mais a opção “ambas” no tocante ao uso de Jaminawa e português em sala de aula. Em relação ao uso da língua usada pelos alunos em sala de aula, a maioria dos entrevistados respondeu que a língua Jaminawa é, majoritariamente, usada pelos alunos.

Quanto à atitude linguística, os entrevistados, em sua maioria, responderam que, na escola, preferem que seus filhos sejam ensinados nas línguas Jaminawa e português; entretanto, para a própria escolarização, a maioria dos indígenas afirmou que preferiria ser ensinado, somente, em Jaminawa. Provavelmente, essa diferença entre o que queria que fosse ensinado aos filhos e a si próprio ocorre devido à importância que alguns veem em aprender a modalidade escrita de sua língua materna e, no momento, não consideram útil aprender o português escrito.

De acordo com os entrevistados, a língua Jaminawa é falada majoritariamente na aldeia. Na cidade, fala-se a língua materna com parentes e em outros ambientes que tenham somente indígenas Jaminawa. Na aldeia, observamos que os indígenas de Kayapucá falam em português com pesquisadores, com o missionário e, segundo o que foi relatado, falam em português também com outros não-indígenas que vão à aldeia como agentes de saúde e funcionários da FUNAI. Na cidade, exceto quando estão entre indígenas Jaminawa, a língua falada é o português. Entre os indígenas Jaminawa, vimos que eles conversam, prioritariamente, em Jaminawa, embora algumas interferências do português sejam nítidas. Em trabalhos posteriores, pretendemos estudar, mais detalhadamente, os níveis de interferência do português na língua Jaminawa.

Ao perguntarmos aos entrevistados com quem mais falam a língua Jaminawa, a grande maioria respondeu que com parentes e membros da família. Alguns relataram que na cidade, às vezes, alguns Jaminawa os criticam por eles falarem na língua materna. Segundo eles, alguns Jaminawa que vivem na cidade há muito tempo sentem vergonha de falar a língua indígena; assim, criticam aqueles que o fazem. Para os entrevistados de Kayapucá, não falar a sua língua materna na cidade os fazem “mais brancos”, o que eles rejeitam veementemente<sup>10</sup>. Porém, para não serem ridicularizados, optam em falar em português

---

<sup>10</sup> Isso não quer dizer que os indígenas de Kayapucá reneguem todos os elementos advindos da sociedade não-indígena. Por isso, entendemos que o uso da língua, frente a uma grande quantidade de elementos dos “brancos” usados, é visto como um elemento de diferenciação frente à “cultura” da cidade.

com aqueles Jaminawa que não querem falar a língua nativa na cidade. Além disso, alguns entrevistados apontaram que não falam em Jaminawa com alguns indígenas da cidade por eles não saberem mais a língua nativa<sup>11</sup>.

### 3. Considerações finais

De maneira geral, pudemos constatar que, na aldeia Jaminawa, a língua nativa dos indígenas é plenamente falada e, em alguns ambientes sociais, como na escola, fala-se a língua Jaminawa e a língua portuguesa em momentos específicos de uso das línguas. Mesmo sendo vivamente falada na aldeia, a língua nativa apresenta algumas interferências do português que, em trabalhos posteriores, precisam ser verificadas. O Jaminawa sofre interferência da língua portuguesa, pelo fato de os moradores de Kayapucá, após sair da TI Mamoadate, terem morado, por um longo tempo, nas cidades de Rio Branco e Sena Madureira, até se fixarem na TI Kayapucá. Além disso, segundo alguns indígenas, eles, desde criança, ainda na TI Mamoadate, tinham contato com os comerciantes da cidade de Assis Brasil, município acreano que está próximo a essa TI, e isso facilitou o contato, desde cedo, com a língua do “branco”. Dentro da aldeia, fala-se em português quando o indígena conversa com pesquisadores, agentes de saúde, missionário, funcionários da FUNAI etc. Na cidade (Sena Madureira ou Rio Branco), o uso do Jaminawa ocorre entre membros da mesma família ou com outros indígenas que usam, plenamente, a língua na cidade. Entretanto, a língua nativa evitada nas zonas urbanas quando ocorrem situações sociais em que os indígenas acham que vão sofrer alguma retaliação por parte da sociedade envolvente.

### Referências Bibliográficas

- GARCIA, M. S. *Uma análise tipológica-sociolinguística na comunidade indígena Terena de Ipegue: extinção e resistência*. Tese de doutorado (Letras e Linguística). 250p. Goiânia: UFG, 2007.
- MAHER, T. J. M. *Ser professor sendo índio: questões de língua(gem) e identidade*. Tese (Linguística aplicada). 262 p. Campinas: UNICAMP, 1996.
- PADILHA, R. N. *Entre o Português e o Jaminawa: bilinguismo e o ensino da língua oficial*. Dissertação (Ciências da Linguagem). Porto Velho: UNIR, 2013.
- PIMENTA, J. *“Parentes diferentes”*: etnicidade e nacionalidade entre os Ashaninka na fronteira Brasil-Peru. *Anuário Antropol.*, v. 1, p. 91-119, 2011.
- RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1994.
- SÁEZ, O. S. O território, visto por outros olhos. *Rev. Antropol.*, v. 58, n. 1, p. 1-28, 2015.
- SOUZA, S. L. *Povo e língua Jaminawa (variedade de Kayapucá): da realidade social às formas linguísticas e às categorias Aspecto-temporal, Modo e Negação*. Tese de doutorado (Linguística). Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.
- VERDUN, R. *As obras de infraestrutura do PAC e os povos indígenas na Amazônia brasileira*. Observatório de Investimentos da Amazônia/INESC, set. 2012.

<sup>11</sup>Nas três manifestações realizadas por indígenas Jaminawa e de outras etnias do Acre (duas na sede da FUNAI em Rio Branco e uma, no mês de março de 2016, em Sena Madureira) para denunciar a má atuação daquele órgão junto aos povos indígenas e para exigir a demarcação de várias TIs, detectamos o uso da língua nativa, durante os discursos proferidos por lideranças Jaminawa, como o da indígena de Kayapucá Marina Jaminawa. A língua era traduzida por outros indígenas. Segundo Marina, ela se sente mais à vontade em falar na sua língua materna, já que “não entende português direito”. Entedemos, assim, que a língua Jaminawa se consolida como uma marca identitária indígena frente à sociedade envolvente, fortificando uma atitude “Jaminawa” frente à luta por direitos.

*Shelton Lima de Souza is a Professor at Universidade Federal do Acre (UFAC). He works in the area of Linguistics and teaching of the Portuguese language. He holds a Master's Degree in Linguistics from University of Brasilia (UnB) and a PhD in Linguistics from Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ). Email: [shelton.linguista@gmail.com](mailto:shelton.linguista@gmail.com)*